

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 22 de novembro, o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, bem como o Primeiro-Ministro, divulgou que o número de alunos sem aulas a pelo menos uma disciplina baixou 90% face ao último ano letivo, justificando esta melhoria com as medidas avançadas pelo atual Governo, que têm permitido aumentar o número de professores disponíveis.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista denunciou, desde logo, a manipulação de dados apresentada no âmbito dos resultados do plano “+Aulas +Sucesso”, que evidenciavam uma grave falta de rigor e transparência. A realidade, porém, é a de que cerca de 41 mil alunos continuam sem aulas a pelo menos uma disciplina, valor que compara com os cerca de 19 mil alunos na mesma situação, em novembro de 2023 (21 mil em dezembro de 2023). Ou seja, ao comparar dados equivalentes torna-se claro que existem hoje mais alunos sem aulas do que em 2023, independentemente de a situação remontar, ou não, ao início do ano letivo.

Assim, passado uns dias, a 28 de novembro, o Ministro da Educação, Ciência e Inovação reconheceu que os dados sobre os alunos ainda sem aulas não eram fiáveis, admitindo erros no cálculo. No entanto, refere que não pede desculpa pelos números que o Governo apresentou porque os dados relativos a alunos sem aulas do ano passado não são da sua responsabilidade, mas sim do Governo anterior, insistindo que os números do Governo relativos a este ano estão certos.

Após esta situação, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação anunciou que tinha decidido avançar com uma auditoria externa aos dados dos serviços do Ministério, nomeadamente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) em relação aos dados sobre os alunos sem aulas ao longo do ano letivo 2023/2024.

A escolha de uma entidade externa e privada, apresentada como uma ideia de assegurar imparcialidade é, na verdade, nada mais do que desacreditar os serviços públicos e sugerir que os serviços internos não têm capacidade de garantir uma auditoria rigorosa e transparente dos dados.

O Sr. Ministro, desta forma, transmite a ideia de que caso a auditoria acontecesse por parte de entidades públicas, existiria um enviesamento ou uma manipulação de dados e, por isso, apenas é possível restaurar a confiança pública nos números apresentados através de uma auditoria externa e, neste caso, privada.

Além disso, não se compreende o porquê da auditoria se circunscrever, apenas, ao ano letivo de 2023/2024. Esta decisão levanta, também, sérias preocupações sobre a ausência de uma revisão aprofundada dos próprios dados apresentados pelo Governo para este ano. Apesar de o Ministro da Educação, Ciência e Inovação ter admitido a existência de erros no cálculo, a recusa em auditar os números deste ano letivo fragiliza, ainda mais, a credibilidade do processo e da informação divulgada.

Por isso, relembremos, ainda, que em 14 de junho de 2024, o Sr. Ministro, ao lançar o “Plano +Aulas +Sucesso”, referiu que no início do ano letivo 2023/2024, 324.228 alunos estavam sem aulas a uma disciplina. Este dado foi divulgado, sem pudor, até setembro de 2024 quando o ex-Ministro da Educação, João Costa, em sede de audiência na Comissão de Educação e Ciência, por requerimento do CH, para prestar esclarecimentos sobre irregularidades na colocação de professores no âmbito do concurso interno e externo, esclareceu que os dados apresentados não correspondem à verdade, argumentando que “no final da segunda reserva de recrutamento, os alunos sem professor a pelo menos uma disciplina eram 72.894”.

A verdade é que ambos se basearam nos dados oficiais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), tendo o atual Ministro da Educação justificado que “os critérios para apurar o número de alunos sem aulas são muito diversos” e que “o número de 324 mil alunos referido pelo MECI diz respeito a alunos que estiveram sem aulas a uma disciplina, em algum momento, durante o mês de setembro”. O Ministério da Educação passou de dizer que “no início do ano letivo 2023/2024, 324.228 alunos estavam sem aulas a uma disciplina” para afirmar que “324 mil alunos estiveram sem aulas a uma disciplina, em algum momento, durante o mês de setembro”. Ora, para chegar aos 324 mil alunos que alegadamente estiveram sem aulas a uma disciplina, em algum momento, durante o mês de setembro, o Ministério juntou no mesmo cálculo não só os alunos cuja situação se prolongou ao longo de mais de uma semana como também aqueles que logo em setembro viram a sua situação resolvida.

Fica patente a falta de rigor e a transparência para com todos — alunos, pais, professores e o próprio país-, face a este empolar de números constante pela atual tutela. É desonesto e totalmente inadmissível.

Como podemos, então, confiar nos dados divulgados pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação? Ao evitar uma auditoria aos dados atuais, o Governo deixa sem resposta as questões mais prementes: quais os erros específicos identificados, como ocorreram, e se continuam a influenciar a perceção da gravidade do problema. Ignorar esta análise é uma tentativa de evitar responsabilizações imediatas, enquanto se desvia o foco para possíveis falhas anteriores.

Ademais, sem auditar os números deste ano, o risco de perpetuar inconsistências permanece. Esta omissão suscita sérias dúvidas sobre a verdadeira vontade política do Governo em lidar com a situação de forma rigorosa e transparente.

Parece lógico que uma auditoria aos números divulgados pelo próprio Governo para este ano é essencial para garantir que os erros admitidos não estejam a mascarar uma realidade ainda mais grave do que a apresentada.

Face ao exposto, e ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos e para os efeitos da al. d) do artigo 4.º e do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, solicita os seguintes esclarecimentos:

1. Qual foi o motivo para o Ministério da Educação, Ciência e Inovação ter optado por não auditar os dados relativos ao ano letivo de 2024/2025?
2. Os dados que tem apresentado para o presente ano letivo 2024/2025, são provenientes dos serviços que tutela ou foram coligidos no seu gabinete?
3. O Sr. Ministro não considera que a ausência de auditoria ao ano letivo atual pode perpetuar inconsistências e falhas no sistema educativo, comprometendo a fiabilidade e a confiança nos dados?

4. Qual é a razão apresentada para recorrer a uma entidade externa e privada para auditar os dados da DGEstE? Qual foi a razão para uma entidade externa ao Ministério da Educação, mas pública, não ter sido considerada?
5. Não considera que, a longo prazo, podem existir consequências em transmitir a ideia de que as entidades e os serviços públicos, designadamente os que têm funções inspetivas, não são capazes de realizar auditorias rigorosas e transparentes?

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2024

Deputado(a)s

ALEXANDRA LEITÃO(PS)

ISABEL FERREIRA(PS)

ROSÁRIO GAMBÔA(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

EDUARDO PINHEIRO(PS)

MARA LAGRIMINHA COELHO(PS)

PALMIRA MACIEL(PS)

SOFIA CANHA(PS)

ANA ABRUNHOSA(PS)

ELZA PAIS(PS)

CLARISSE CAMPOS(PS)

MIGUEL CABRITA(PS)

PATRÍCIA CAIXINHA(PS)